

# **O conceito de ação social em Parsons e Garfinkel**

**Ricardino Jacinto Dumas Teixeira**

[Ricardino teixeira@hotmail.com](mailto:Ricardino_teixeira@hotmail.com)

## **1. Introdução**

Este trabalho visa debater o conceito de ação social em Talcott Parsons e Harold Garfinkel. Inicialmente discutimos as contribuições de Parsons sobre a sua teoria sistêmica de ação social, e, em seguida, abordamos à crítica de Garfinkel à visão parsoniana. A nossa intenção não é a interpretação do debate geral de suas teorias, mas uma discussão levando em conta as suas contribuições específicas para o desenvolvimento da sociologia teórica contemporânea, embora, sempre que necessário, abordaremos algumas questões levantadas por outros teóricos sociais que contribuíram para uma maior compreensão do conceito de ação social desenvolvida por esses dois autores. Partimos do princípio de que seria impossível compreender o desenvolvimento da sociologia teórica contemporânea sem que levássemos em consideração os contornos teóricos e metodológicos das contribuições de Parsons e Garfinkel sobre o conceito de ação social. Defendemos, ainda, a necessidade de integrar, na análise sociológica, a dimensão micro e macro, teorias de sistemas e de ação social, ainda que de forma contingente e conflitante, como forma de evitar os dualismos abstratos, permitindo uma maior compreensão do conceito de ação social em outros contextos socioculturais.

## **2. Ação Social em Parsons**

Sem dúvida o sociólogo americano Talcott Parsons (1902-1979) é um dos grandes expoentes da sociologia contemporânea em geral, e da sociologia americana, em particular, que se expandia significativamente a partir dos finais dos anos de 1920 e

princípios dos anos de 1930 do século XX. Sua trajetória acadêmica ficou profundamente marcada por um período de grave depressão, quando a sociedade americana passava por momentos de crise do capitalismo liberal, cujo reflexo fazia-se também presente no mundo acadêmico, despertando o interesse de pesquisa e merecendo a reflexão de outros teóricos sociais de renome em sociologia. A influência do pensamento teórico sociológico de trabalhos de autores como Durkheim, Weber, Pareto e outros nomes importantes da sociologia européia estão intimamente relacionados com a preocupação inicial de Parsons em determinar ou tentar determinar a origem da desagregação da estrutura social dos Estados Unidos, integrando e ampliando os trabalhos que esses teóricos haviam desenvolvendo para dar conta da configuração social da época. Parsons não se limitou a enfatizar a questão de consenso social para descobrir a relação de significado entre traços simbólicos da estrutura social e a racionalidade da ação, mas também abordou outros temas como o papel das intenções (idéias) dos agentes nas motivações das atividades econômicas e políticas, os aspectos institucionalizados e difusos de ação, e desenvolveu um estudo sistemático do comportamento humano em seu contexto social. Alguns autores observaram nas contribuições de Parsons uma base para a interpretação de temas como a estratificação social e a luta de classe, fornecendo um apoio sistemático para o entendimento do capitalismo moderno, integrando e superando as duas correntes fundamentais do pensamento ocidental: positivismo e idealismo (Bottomore e Nisbet, 1980).

Parsons defendeu, durante vários anos, a necessidade de desenvolver uma teoria de sistemas sociais consistente para explicar o comportamento humano na sociedade moderna. Desde as primeiras linhas de *Ensaio de Teoria Sociológica*, Parsons indica-nos que seus estudos serão direcionados para a compressão e a análise de sistemas sociais como

...constituintes do sistema mais geral da ação e de processos de ação recíproca de pequenos e grandes agregados sociais. Não existe, portanto, nessa perspectiva, a razão para utilização de uma única concepção teórica (Parsons, 1967, p. 16).

Com efeito, o interesse principal das idéias de Parsons residia no estudo da ação social como base para a sua teoria de ação total do agente. Ao mostrar que o seu modelo analítico pode ser utilizado de num nível mais elementar (agregados simples) até os mais complexos níveis da sociedade industrial (agregados diferenciados), ele conseguiu articular, num só escopo teórico e analítico, a dimensão micro e macrosociológico, constituindo, assim, uma síntese da sociológica de sistemas sociais gerais de ação (Parsons, 1971). Ao articular essas duas dimensões, Parsons quer efetivamente contrariar o estruturalismo-funcional francês (Comte, Saint-Simon e Durkheim, entre outros) que, ao “desconsiderar” o peso de outros níveis sociais de ação, não teria conseguido captar os diversos fenômenos importantes das modernas instituições sociais. Essa “nova” percepção, que já vinha sendo articulada pela sociologia clássica passa, portanto, pelo desenvolvimento de um novo sistema de generalização empírica e abstrata para a sociologia. Assim, para Parsons,

...a sociologia não pode ser confundida com a psicologia e nem com a economia. Isso porque os problemas sociológicos, pelas suas especificidades, não podem ser estudados por essas duas disciplinas, que reduzem sistemas mais gerais de ação aos certos tipos específicos de sistemas sociais (Parsons, 1967, p. 97).

Parsons propõe-nos resolver esse problema que o estruturalismo-funcional e o pensamento social utilitarista criaram para a análise sociológica (Bottomore e Nisbet, 1980). Mesmo tendo sido influenciado por Lawrence Henderson e Freud (psicologia) e Alfred Marshall (economia), Parsons afirma que os fenômenos sociais não podem ser reduzidos às explicações psicológicas e econômicas voltadas para o universo “normativo” utilitarista. (embora Parsons não pareça excluir por completo essas duas dimensões presentes na sua formulação teórica de sistemas de ação social). A

Sociologia é, assim, definida como a ciência que procura analisar e explicar os sistemas completos de ação, conforme Parsons deixou entender na sua crítica a sociologia “normativa”. A pesquisa sociológica busca alcançar um nível mais alto (generalizante) de conhecimento a partir de uma variedade de casos particulares. (Münch, 1999). No entanto, a pesquisa também exige, para Parsons, que as variáveis tenham um caráter empírico e que os conceitos sejam maleáveis e operacionais (Parsons, 1967, p. 187). Percebe-se, nessa abordagem, uma visão generalista do conhecimento científico que opera segundo a lógica da universalização das diferenças a partir de critérios abstratos de normatização da ação dos agentes.

Se partirmos do princípio de que em Parsons os indivíduos buscam satisfazer as suas necessidades no mercado capitalista mediante padrões socialmente institucionalizados, como entender, então, os sistemas sociais em outros contextos multiculturais, que não se enquadram, necessariamente, nas objetivações conceituais empíricas generalizantes nos moldes da racionalidade do mercado econômico e político capitalista, vista por Parsons, como especificações de um esquema cultural geral de racionalidade (Münch, 1999). Caberia perguntar, nesse sentido, como garantir a integração de **sistemas gerais** sem ocultar as diferenças? Se, por um lado, é importante garantir o consenso e a coordenação entre as partes ou unidades de (sub)sistemas para atingir os objetivos coletivos, sem os quais teria sido difícil a vida em sociedade, por outro lado pode abrir espaço para a exclusão de pequenos agregados sociais ou étnicos “disfuncionais”. Se essas questões não podem ser compreendidas globalmente com base em modelos abstratos generalistas da teoria sistêmica de ação, então estamos, aparentemente, “presos” às regras da racionalidade do mercado e da economia do mundo capitalista. Resta-se saber se existem alternativas viáveis e capazes de respeitar e levar em consideração essas diferenças? A resposta de Parsons a

esta pergunta provavelmente seria na necessidade de uma descrição metodológica racional, explícita e conceitual de todos os elementos essenciais para uma análise sistemática e empírica das modernas instituições sociais, quer para ações das sociedades étnicas, em particular, quer para a ação social sistêmica das sociedades diferenciadas, em geral.

A hipótese básica de Parsons é que os sistemas sociais estrutural-funcionais de ação têm maiores condições e melhores possibilidades de desempenhar adequadamente o papel predominante que lhe confere na teoria sociológica (Parsons, 1967). Ora, é fácil extrair, dessa hipótese, a herança do método dos tipos ideais da autoridade legítima, à maneira de Weber, como aquela com maiores condições de alcançar os objetivos esperados da ação se comparada com outras formas de sistemas sociais da sociedade moderna. Semelhantemente, Parsons atribui à noção de sistema estrutural-funcional de ação a forma mais eficiente para garantir a manutenção de padrões comportamentais necessários para o funcionamento institucional de sistemas sociais gerais de ação. Isto é, a legitimidade institucionalizada de padrões sociais

...deve atrelar-se dentro de certos limites para reprimir os possíveis desvios e assegurar a cooperação efetiva (...). Isso porque é importante para a coesão social que os agentes sociais sejam institucionalmente regulados (...). Além de constituir a “**espinha dorsal**” de orientação de ação de todos os sistemas sociais existentes, as instituições definem as condutas legitimamente esperadas e desejadas (Parsons, 1967, p. 207)

Parsons propõe-nos um modelo teórico de estabilização de estruturas sociais por meio de “racionalidade institucionalizada” e regulada da ação social contra os tipos “indesejáveis” de sistemas sociais. Desta forma, Parsons atribui um peso maior aos sistemas sociais de ação integrados-generalizados e padronizados-institucionalizados, em contraposição, por exemplo, as ações disfuncionais. Para a superação deste estado precário da ação social, a institucionalização de normas e padrões comportamentais

torna-se, então, o único caminho a seguir e a justificativa mais crível para a racionalização da ação dos agentes sociais. Uma das condições necessárias para atingir esse objetivo é o reconhecimento do conhecimento científico-normativo da ação (Parsons, 1967). Evidencia-se, nesta perspectiva, uma visão etnocêntrica e reducionista da ação social, onde a formalização, através de modelo sistemático e conceitual do conhecimento racional-empírico, está intimamente ligada ao “mito” da cientificidade.

Outro aspecto que Parsons oferece-nos é um esquema analítico de ação, que envolve um agente, uma situação e uma orientação do agente para com a situação. Aqui, percebe-se o seu esquema **tripartite**: o situacional, o institucional e o integrativo (Parsons, 1967). O primeiro é a situação (contexto) em que os agentes se encontram localizado; o segundo são as instituições instrumentais, pautadas em torno de obtenção de metas desejadas; já o terceiro e o último são as instituições integradoras, que se orientam fundamentalmente para a regulação de conflitos e promoção de cooperação positiva<sup>1</sup>. Por isso Parsons é frequentemente rotulado como o mais ardente defensor de “**consensualismo**” (Bottomore e Nisbet, 1980), por incluir no seu escopo teórico-analítico a administração das tensões sociais. Não acaso que Parsons assevera que os agentes sociais submetem-se às regras que, por sua vez, determinam suas ações. Aqui, o agente é privado de flexibilidade por ser relativamente “capaz” de descrever sua relação com o mundo social.

Sobre sistemas padronizados de integração social, Münch (1999) chama a nossa atenção para a distinção entre a dimensão **analítica** e a **empírica** na análise de sistemas de ação, em Parsons, como forma de evitar dicotomias abstratas. Mas Münch

---

<sup>1</sup> Percebe-se, nesse modelo tripartite de Parsons, a influência de modelo da filosofia Hegel sobre a sociedade moderna, a saber: sistema de necessidade ou da economia; a administração da justiça, que protege a propriedade e a liberdade de indivíduos e a polícia ou autoridade geral (subentende-se que seja o Estado absoluto) e a *cooperação*, que regula os dois primeiros momentos que, em Parsons, seria o sistema integrativo de ação. Ver, entre outros, Lourau (1975, p.38).

esqueceu-se que pode também haver, embora não necessariamente, uma “**interpenetração**” capaz de articular os dois componentes, dependendo da perspectiva teórica adotada pelo pesquisador. É nesse quadro ampliado de sistemas de ações sociais interpenetrados que Parsons constrói outro modelo tripartite de subsistemas: o sistema social, o sistema da personalidade e o sistema cultural (Parsons, 1971).

Embora os três subsistemas sejam abstratos, o sistema social é definido pela ação social. Este desempenha a função de integração social. O sistema da personalidade diz respeito às disposições dos agentes para ação ou para a realização de certos objetivos práticos. Já o sistema cultural é constituído por símbolos controlados pela definição da situação da ação (Parsons, 1971). Pode-se deduzir que a noção que Parsons atribui à ação social não escapa das ambigüidades. Sua análise baseia-se largamente no esquema meio-fins e tem sido frequentemente considerada abstrata e excessivamente generalizante para a utilização em pesquisa social (Timasheff, 1971).

Nicholas S. Timasheff (1971) aponta ainda três críticas a Parsons. A primeira é o caráter arbitrário de sua teoria, tornando-a incapaz de resgatar a forma como os agentes agem. A segunda é a forte relação de sua teoria com a psicologia e, finalmente, por interpretar a cultura como uma espécie abstrata de sistemas sociais. Heritage (1999), por sua vez, destaca duas questões fundamentais que dominavam as preocupações iniciais de Parsons. A primeira é o fato de que Parsons considerava que os homens se empenhavam incisivamente a alcançar metas. A segunda tem a ver com o “problema da ordem”, proposto por Hobbes. Acrescenta-se, ainda, a forte influência do teórico social Émile Durkheim (1858-1917), no pensamento de Parsons, quando ele defende a idéia de que existe uma coerção externa que determina as ações dos indivíduos, quer queiram quer não, e que os valores sociais interiorizados no curso da socialização exercem forte influência no processo de tomada de decisões dos agentes,

formando um sistema autônomo. Essas proposições, consideradas, por vários teóricos sociais, de excessivamente abstrata e problemática para a compreensão de ação social, pode ser considerada o ponto a partir do qual Garfinkel introduziu uma profunda inovação dentro da tradição teórica sistêmica parsoniana.

Seja qual for a (re)leitura de diversos teóricos críticos sobre possíveis lacunas do modelo abstrato da teoria dos sistemas sociais de ação de Parsons, não deixa dúvida que o que lhe confere “atualidade” é justamente a participação efetiva e inovadora de sua teoria numa luta ainda em aberto e tensa dentro das ciências sociais; a luta que todos nós sociólogos travamos individualmente ou coletivamente na busca de novas respostas a uma única pergunta: como a sociedade é possível?

### **3. Ação social em Garfinkel**

Garfinkel, originalmente aluno de Parsons, tomou, como uma das questões centrais da sua análise deste, o problema da ordem social. Em sua obra *Estudos sobre Etnometodologia*, um dos objetivos de Garfinkel consistiu em demonstrar que o modelo sistêmico de ações sociais que Parsons desenvolvera é teoricamente pouco produtivo e demasiadamente parcial na compreensão da sociedade moderna. O grande desafio de Garfinkel consistia, assim, em contextualizar o conceito da racionalização além da interpretação que a sociologia clássica e a própria sociologia sistêmica de Parsons haviam defendido para dar conta dos processos de racionalização da ação do agente. Nas primeiras linhas dos *Estudos sobre Etnometodologia*, Garfinkel indica-nos que o seu campo de pesquisa procura abordar

...as atividades práticas, as circunstâncias práticas e o raciocínio sociológico prático, como temas de estudo empírico. (...) Atribuindo às atividades da vida cotidiana a mesma atenção que habitualmente se presta aos acontecimentos extraordinários, procuraremos compreendê-las como fenômenos de direito pleno (Garfinkel, 1992, p. 01).

Observa-se daí que o campo central de interesse de pesquisa desenvolvida por Garfinkel estava voltado para o funcionamento e o entendimento da ação social produzido pelo raciocínio prático em contextos sociais concretos e diferenciados. Em contraste com Parsons, que constrói a sua teoria de sistemas gerais de ação social para explicar o funcionamento das estruturas sociais e os processos de racionalização de ação capaz de gerar a cooperação e a ordem na moderna sociedade capitalista, a etnometodologia de Garfinkel é um modelo de pesquisa empírica dos métodos que os agentes utilizam para atribuir o sentido a suas ações e, ao mesmo tempo, realizar determinados objetivos e tomar decisões no mundo concreto da vida cotidiana. Garfinkel parte da premissa de que

...os procedimentos utilizados pelos agentes para se chegar ao conhecimento do senso comum no curso da interação não diferem dos procedimentos utilizados pelo pesquisador para se chegar ao conhecimento científico (Garfinkel, 1992).

Nesta acepção, a compreensão das ações sociais dos agentes no mundo, não é uma tarefa exclusiva da racionalidade científica da ciência formal, mas de todo agente social que busca o conhecimento das atividades concretas dos agentes sociais no curso da sua ação cotidiana. Ou seja, Garfinkel não aceita a idéia da racionalidade dos agentes sociais como estando reduzida aos padrões e às regras restritas às instituições formais da sociedade moderna. Para Garfinkel, a racionalidade reside na busca da compreensão que os agentes sociais têm de suas ações e dar sentido às suas práticas sociais. Assim, as ações sociais dos agentes são guiadas pelo conhecimento prático e pelas experiências subjetivas em seu contexto social de interação.

Dessa forma, o cientista social deve levar em consideração, em primeiro lugar, o ponto de vista dos agentes, seja qual for o objeto de pesquisa proposto, e, em segundo lugar, investigar o senso comum e o raciocínio prático em seus contextos

sociais, contrapondo-se, assim, às perspectivas teóricas que encaram a ação dos agentes sociais em termos de fatores causais externos internalizados. Assim que, sem tal postura metodológica, que leva em consideração o sentido que os agentes atribuem aos objetos, às situações, aos símbolos que os cercam, tornar-se-ia difícil (re) a vida em sociedade. A sociologia é, nessa perspectiva, o estudo das atividades cotidianas do raciocínio lógico do senso comum, sejam elas **triviais** ou **eruditas** (Coulon, 1995).

Por isso Ouhwaite e Bottomore (1996) argumentam que a etnometodologia apresenta-se como uma prática social reflexiva que procura explicar os métodos de todas as práticas do mundo social circunscrito. Ao considerar o mundo concreto dos agentes, como fundamental para a análise da ação social, Garfinkel oferece-nos os instrumentos teóricos e metodológicos capazes de mostrar o processo de racionalização da ação social em contextos multiculturais.

Para autores como Coulon (1995) e Heritage (1999), a etnometodologia desenvolvida por Garfinkel tem suas bases em três escolas do pensamento sociológico: a tradição teórica de Parsons, o significado do *Verstehen*, de Schütz, e o interacionismo simbólico da Escola de Chicago. Essa herança é vista, por vários teóricos, como base conceitual de certos aspectos do pensamento de Garfinkel.

A influência de Parsons deveu-se à noção de ação e construção da ordem social. Por outro lado, a fenomenologia social, de Alfred Schütz, e o interacionismo desenvolvido nos campi da Escola Sociológica de Chicago, representaram uma nova possibilidade para a etnometodologia, e à sociologia em geral. Na etnometodologia de Garfinkel, a inovação decorrente da fenomenologia de Schütz, ao acentuar a idéia de que a realidade dos objetos e dos acontecimentos do mundo e a interpretação que os agentes sociais fazem de si são bases para os processos da vida cotidiana, para dar sentido e significado a sua ação e à ação dos outros. Já em relação ao Interacionismo

Simbólico, torna-se central a afirmação de que a concepção que os agentes fazem de si constitui, em última análise, o objeto essencial da pesquisa sociológica (Joas, 1999). Nesse sentido, a ação social e qualquer forma de conhecimento sociológico deve ser concebida numa perspectiva das ações e dos sentidos que os agentes atribuem aos objetos e aos símbolos do mundo em que estão inseridos. (Ouhwaimaste e Bottomore 1996; Joas, 1999).

Apesar da aparente afinidade conceitual entre essas escolas, a etnometodologia difere significativamente dessas três correntes do pensamento sociológico. Isso porque, enquanto Parsons explica a manutenção das estruturas sociais a partir da racionalidade dos agentes por meio de fatores causais externos internalizados, em Garfinkel, o agente social não é um idiota cultural (Coulon, 1995). Garfinkel exclui, assim, quaisquer ações dos agentes nas quais as relações sociais sejam mera concretização de regras e padrões internalizados ou preestabelecidos na sociedade. Os agentes e suas ações sociais possuem, em Garfinkel, um papel interpretativo na vida cotidiana e eles adaptam as regras conforme as particularidades e as circunstâncias situacionais.

Enquanto o paradigma fenomenológico enfatiza a consciência, a etnometodologia ressalta as práticas sociais, sejam elas (in)conscientes. Por fim enquanto o interacionismo simbólico afirma que as ações dos agentes constituem o objeto base da pesquisa sociológica, a etnometodologia assegura que as ações e os sentidos não são dados *a priori*, mas articulados e constituídos nas atividades cotidianas. A etnometodologia afirma, desta forma, que a interpretação dos agentes e suas ações dependem da sua capacidade reflexiva e cognitiva em orientar-se em relação às regras normativas ou não. Neste caso, a responsabilidade moral da ação assume um papel imprescindível na definição situacional da ação. Por responsabilidade moral de ação entende-se a capacidade do agente se orientar em

relação às convenções normativas, interpretadas e adaptadas ao contexto para o qual se dirigem (Heritage, 1999).

Os fenômenos sociais, com base nesta perspectiva, estão em constante processo de criação e recriação, por meio da interpretação dos agentes sociais em seus contextos de interação. Isso só é possível, de acordo com Garfinkel (1992), pelo fato de que os agentes sociais são teóricos práticos, com capacidade de analisar e compreender suas circunstâncias e partilhar uma compreensão subjetiva do contexto no qual estão inseridos. Aqui, a ordem social está relacionada não apenas ao caráter inteligível do mundo social, expresso através da linguagem, mas nas descrições cotidianas e nos conflitos de interesses que os agentes manifestam e se articulam por meio da **reflexibilidade**, recursos por meio do qual os agentes sociais exercem seus raciocínios práticos e exprimam os significados das suas ações sociais e as tornam compreensíveis, articulando-se com as ações de outros agentes sociais. (Coulon, 1995). Isso acontece porque as ações sociais, na vida cotidiana, são permeadas de relações de poder ou desequilíbrios de poder inerentes às estruturais sociais.

São as situações de conflito e as interações de agentes na vida cotidiana que permeiam as ações. É na ação que a ordem social se constitui a partir de entendimento que surge da identificação de sentidos compartilhados nas interações lingüísticas entre os agentes sociais reflexivos (Heritage, 1999). Essa visão influenciou Habermas (1987), quando ele afirma que é por meio da linguagem que os atores sociais se atuam e se relacionam entre si em um sistema de vários mundos compartilhados. A reflexibilidade é, assim, a condição inerente ao comportamento dos agentes, independentemente do contexto social e cultural, econômico e político no qual estão inseridos. Essa capacidade reflexiva dos agentes sociais está relacionada intimamente ao conceito de **accountability**, outra noção que norteia as ações dos agentes sociais na

sociedade. Esse conceito, que é bastante ambíguo em muitas situações na obra de Garfinkel para ser analisado aqui, pode ser resumido como *describibilidade* do mundo social, conforme o entendimento de Coulon (1995).

De acordo com a explicação etnometodológica, o mundo social é basicamente descritível. À semelhança do que acontece com a flexibilidade, a *accountability* é uma propriedade inerente às ações dos agentes sociais, produzidas pelo senso comum e pelo raciocínio prático em contextos sociais do mundo concreto da vida. Aqui, a linguagem assume um papel relevante. É o elemento constitutivo do mundo social e das relações sociais. É através dela que os agentes sociais adquirem a competência para tornar suas ações discerníveis aos demais agentes, de acordo com Garfinkel (1992). Daí a idéia de que a compreensão da linguagem deve ser procurada a partir da

...linguagem que esse mundo se utiliza para fazer-se compreensível e visível. É essa forma de linguagem do senso comum, a linguagem do cotidiano, que o pesquisador social deve se debruçar, porque ela é base para o entendimento das ações sociais práticas (Garfinkel, 1992).

Para um agente social ser considerado como membro de determinado contexto social, é imprescindível o compartilhamento de uma série de signos lingüísticos que o localize como inserido em determinado grupo de interação, facilitando uma compreensão comum de suas trocas. Nesse contexto, para que situem como membros, os agentes sociais devem estar dotados de uma competência lingüística que os permitem interpretar o contexto social ao qual pertencem, utilizando-se, como recurso, o *método documentário* de interpretação. Esse processo consiste na busca dos membros de uma sociedade, em identificar as manifestações padrões do senso comum nas suas interações cotidianas, documentando os acontecimentos, como forma de instituir padrões que traduzem determinadas circunstâncias em regularidades, situações

carregadas de sentidos e, portanto, compreensíveis pelos membros, sem oferecer nenhum pensamento retificador (Coulon, 1995).

Enfatiza-se, aqui, a postura da *indiferença metodológica* pelo pesquisador social, como critério de investigação. Essa perspectiva aproxima-se do argumento da fenomenologia, segundo a qual o pesquisador deve adotar a postura da indiferença em relação às considerações morais que podem interferir na pesquisa. Essa postura metodológica aponta para uma virada metodológica contra as velhas práticas hegemônicas, positivistas e naturalistas de explicação sociológica. A questão prática que se coloca é o de saber como combinar a indiferença se a própria indiferença é um procedimento adotado pelo próprio pesquisador?

Seja qual for a resposta atribuída às indagações levantadas, o procedimento crítico da indiferença metodológica é visto, na pesquisa qualitativa, como imprescindível para que o mundo social seja concebido do ponto de vista do agente pesquisado e da realidade estudada, para apreensão da realidade tal como constituída pelas ações dos agentes sociais em interação (Heritage, 1999). Nesta análise é fundamental que a empreitada científica, na acepção defendida no início deste trabalho, tenha suas bases no contexto social e no conhecimento prático, sem restringir-se à agência e nem à estrutura, de forma a compreender como os comportamentos dos grupos sociais influenciam as instituições e como as instituições influenciam os comportamentos sociais.

#### **4. Considerações finais**

Ao longo deste trabalho, procurou-se compreender, a partir da literatura, a noção de ação social em Talcott Parsons e Harold Garfinkel. Foi salientado que, para Parsons, as ações dos agentes sociais estão intimamente atreladas aos modelos

normativos, por meio dos quais se garante a constituição da ordem e controle externo da sociedade. Parsons atribuiu um peso maior às ações sistematizadas, contrapondo-se as organizações disfuncionais. Já para Garfinkel, a ação social está enraizada na prática e no senso comum em contextos sociocultural diferenciados. Concluiu-se que é importante que o conceito de ação social seja compreendido nas suas múltiplas dimensões, isto é, que as dimensões micro e macro sejam integrados, ainda que de forma relativa e contingente.

## 5. Referências Bibliográficas

- BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert (org) **História da Análise Sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- COULON, Alain. **Etnometodologia**. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis, Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Etnometodologia e Educação**. Tradução de Guilherme J. de Freitas Teixeira. Petrópolis, Vozes, 1995.
- GARFINKEL, Horold. **Studies in Ethnomethodology**. New York: Blackwell Pub, 1992.
- HABERMAS, Jurgen. **Teoría de la Acción Comunicativa**, vol. 2. Madrid, Taurus, 1987.
- HANS, Joas. Interacionismo Simbólico e a Escola de Chicago. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (org) **Teoria Social Hoje**. Tradução Gilson C. C. de Sousa. São Paulo: UNESP, 1999.
- HERITAGE, Jonh. Etnometodologia. . In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (org) **Teoria Social Hoje**. Tradução Gilson C. C. de Sousa. São Paulo: UNESP, 1999.
- LOURAU, René. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MÜNCH, Richard. **A Teoria Parsoniana hoje: a busca de uma nova síntese**. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (org) **Teoria Social Hoje**. Tradução Gilson C. C. de Sousa. São Paulo: UNESP, 1999.
- OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Tradução de Álvaro Cabral e Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- PARSONS, Talcott. **Ensayos de teoría sociológica**. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- \_\_\_\_\_. **O Sistema das Sociedades Modernas**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.
- TIMASHEFF, S. Nicholas. **Teoria Sociológica**. Tradução de Antonio Bulhões. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.